

QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS NA PRÁTICA DA ARQUEOLOGIA E SUAS DIMENSÕES POLÍTICAS

CONTEMPORARY ISSUES IN THE PRACTICE OF ARCHEOLOGY AND THEIR POLITICAL DIMENSIONS

Roberto da Silva Ribeiro¹

Resumo No contexto das questões contemporâneas, a Arqueologia enfrenta desafios complexos que vão além dos aspectos técnicos e científicos, adentrando em suas dimensões políticas. Este artigo tem como objetivo apresentar uma discussão de questões atuais que permeiam a prática arqueológica, com especial ênfase nas suas implicações políticas. Nesta discussão, pretende-se analisar como as dimensões políticas moldam a prática arqueológica, impactando questões como a interpretação de sítios arqueológicos, a tomada de decisões sobre escavações, a gestão do patrimônio cultural e as relações com comunidades locais, minorias, quilombolas e povos indígenas. **Palavras-Chave:** Arqueologia. Metodologia. Ética científica.

Abstract: In the context of contemporary issues, archeology faces complex challenges that go beyond technical and scientific aspects, entering its political dimensions. This article aims to present a bibliographic review and meta-analysis of current issues that permeate archaeological practice, with special emphasis on its political implications. In this review, we intend to analyze how political dimensions shape archaeological practice, impacting issues such as the interpretation of archaeological sites, decision-making about excavations, management of cultural heritage and relations with local communities, minorities, quilombolas and indigenous peoples. **Key words:** Archeology. Methodology. Scientific ethics

ⁱ Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).
e-mail:
robertoribeiro2@gmail.com

Introdução

A prática da Arqueologia desempenha um papel crucial na compreensão da história humana e na preservação do patrimônio cultural. No contexto das questões contemporâneas, a Arqueologia enfrenta desafios complexos que vão além dos aspectos técnicos e científicos, adentrando em suas dimensões políticas.

Pretende-se analisar como as dimensões políticas moldam a prática arqueológica, impactando questões como a interpretação de sítios arqueológicos, a tomada de decisões sobre escavações, a gestão do patrimônio cultural e as relações com comunidades locais e povos indígenas. Ao compreendermos a influência da política na Arqueologia, estaremos aptos a reconhecer seus efeitos e promover abordagens mais éticas, inclusivas e responsáveis na condução de pesquisas e na preservação do legado histórico e cultural da humanidade.

Arqueologia e Cultura

Arqueologia, etimologicamente, significa “estudo (logia) do antigo (arqueo)” e no senso comum, assim como na imaginação popular, é isto que ela é, um estudo do passado através de “relíquias” descobertas em templos e tumbas antigas, de preferência enterrados. Porém, a Arqueologia estuda os vestígios da existência humana e se interessa por todos os indícios de atividade do homem, não importando quais sejam eles. O arqueólogo se interessa por todo tipo de estrutura e objetos, quer se encontrem na superfície, no subsolo ou mesmo sob as águas. Não interessam apenas os “monumentos”, mas quaisquer marcos da presença humana. A Arqueologia estuda mais depósitos de lixo que câmaras de tesouros ou túmulos de reis, além disso, não se limita apenas ao passado, podendo abranger restos materiais recentes. Ela é útil para peritos forenses em investigações criminais ou desabamentos de edifícios (Dunning, Aeschmann, 2021). Um exemplo recente foi a recuperação de material do incêndio do Museu Nacional que contou com uma equipe de arqueólogos.

Hoje a definição mais aceita de Arqueologia é que se trata de um estudo da cultura material, das construções e objetos feitos e usados pelos seres humanos. Quais os objetivos da Arqueologia ao estudar essa cultura material, porém, já divide os teóricos. Cada linha de pensamento terá a sua resposta, a menos que nos contentemos com uma resposta genérica do tipo “estuda-se a cultura material para compreender a humanidade”.

A cultura é uma arena de conflitos e a Arqueologia é uma fonte de material na construção de uma identidade coletiva. A pesquisa arqueológica é usada para descrever, definir e legitimar as identidades nacionais e relacioná-las às disputas territoriais e étnicas que nutrem conflitos. Ao negar suas responsabilidades sociais, a Arqueologia pode condenar-se à irrelevância, suscitando hostilidades desnecessárias. Os achados arqueológicos têm implicações para o presente, as condições sociais influenciam não apenas as questões abordadas como também às respostas que os arqueólogos se predispõem a considerar aceitáveis. A pesquisa arqueológica é influenciada por múltiplos fatores, dentre eles o contexto em que os arqueólogos vivem e trabalham (Oswald, 2013, p. 12-21).

Compreende-se que nenhuma ciência é neutra. A Arqueologia acadêmica é influenciada por questões políticas e disputas de poder, como qualquer campo do conhecimento, mas, em geral, esses interesses são difusos e até mesmo de identificar. O arqueólogo, como qualquer outro cientista (Japiassu, 1975), pode ter a ilusão de estar trabalhando de uma forma ideologicamente neutra e independente e é preciso uma forte autocrítica para identificar as pressões que sofre. A Arqueologia preventiva, também chamada “de contrato”, é uma atividade que visa identificar e resgatar sítios arqueológicos ameaçados pela atividade humana, em geral obras que exigirão movimentos de terra ou inundação de áreas (Bastos; Souza; Galo, 2005, p. 179-183). Tais atividades são financiadas pelas empresas construtoras e seguem o cronograma das obras, assim, os métodos da Arqueologia preventiva são o mais expeditos possível e tendem a obedecer ao mínimo exigido na legislação de cada país.

Naquilo que Guy Debord (2007) chama sociedade do espetáculo, encontramos as relações sociais mediadas por imagens. A dimensão visual é relevante para a Arqueologia, seja questionando ou afirmando informações. A resposta do público às descobertas arqueológicas revela a necessidade de enquadrar sua história dentro de um contexto social abrangente. Há um profundo interesse do público e de movimentos religiosos, políticos e sociais na pesquisa arqueológica e o esforço de diversos regimes autoritários no sentido de controlar a interpretação de testemunhos arqueológicos (Trigger, 2004, p. 3).

Sempre houve debates a respeito da finalidade da pesquisa arqueológica. Tendências atuais demonstram a importância da Etnoarqueologia na compreensão das dinâmicas da materialidade no presente, o estudo das sociedades contemporâneas e de seus fluxos materiais em andamento. Seu desenvolvimento se distingue por transcender a ontogênese dos objetos analisando as relações entre as pessoas e as coisas e pelo caráter político de defesa dos direitos

das populações estudadas, comprometendo-se com as comunidades, com o contexto histórico e saberes tradicionais (Silva, 2022). A Etnoarqueologia é uma Arqueologia completa e de pleno direito, uma Arqueologia do presente, na qual pessoas e coisas vivem e compartilham uma série de presentes emaranhados com uma diversidade de passados.

O principal foco do pós-processualismo é entender o agora estudando-se sua formação. Destaca-se a importância da presença do presente no passado e as bases sociais sobre as quais se edifica o discurso arqueológico, inserido em redes que disputam algum tipo de poder (Gaspar Neto, 2006, p.11). A interpretação da evidência arqueológica é influenciada tanto por condições políticas, sociais e econômicas, quanto pela tendência do indivíduo e grupos a afirmar seus interesses, apresentando objetivos egoístas como se fossem altruístas. As interpretações do arqueólogo também são influenciadas por preconceitos de gênero, por interesses étnicos, pelo controle político da pesquisa e da publicação e pelo financiamento do trabalho arqueológico, assim como por conflitos de gerações e por disputas pessoais entre os pesquisadores (Trigger, 2004, p.369). Os arqueólogos estão comprometidos pelos usos partidários no passado, nos quais a materialidade de vestígios arqueológicos e edifícios históricos os fazem âncoras convenientes para reivindicações de ascendência cultural. Os profissionais do patrimônio devem ser conscientes das formas em que as versões concorrentes do passado são promovidas para apoiar ou desafiar argumentos sobre os direitos ancestrais à supremacia de grupos étnicos particulares, sistemas políticos ou visões do mundo (Perring, Van Der Linde, 2009, p. 197-213).

O interesse na Arqueologia do Egito e da Mesopotâmia, por exemplo, quase sempre foi relacionado às ligações destas regiões com a Bíblia (Trigger, 2004, p. 100). Promovem-se pesquisas arqueológicas para comprovar a habitação primitiva da região pelos Hebreus antes mesmo da fundação do Estado de Israel (Anati, 1963). Fundamentalistas buscam dados materiais em apoio de sua leitura dos textos bíblicos (Cole, 1994, 51-64). É intensa, na região do Crescente Fértil, a busca de textos que possam ser comparados com a Bíblia (Dever, 2011).

Em muitos países, o enfoque histórico-cultural, com ênfase na pré-história de povos específicos, continua a ser predominante. Ela pode ser uma forma de reforçar o orgulho étnico e o moral de nações ou grupos. A Arqueologia nacional é frequentemente usada com esse propósito, por povos que se sentem prejudicados, ameaçados ou privados de seus direitos por nações mais poderosas, ou então em países onde se busca reagir ao risco de divisões internas. A Arqueologia nacionalista tende a realçar o passado mais recente e volta sua atenção para os feitos de antigas civilizações locais (Trigger, 2004, p.169).

Rossano Bastos (2004) afirma a característica política da Arqueologia e entende que não se manifestar contra uma política constitui-se um posicionamento político da concordância com o status quo. A omissão da Arqueologia não encontra justificativa que possa ser aceita por quem defende a liberdade dos povos e a ampliação da cidadania cultural. A omissão tem sido usada e praticada ao longo do tempo como antítese da memória.

A interpretação dos dados pelos arqueólogos é também influenciada por crenças do que se aprendeu a partir do registro arqueológico. Interpretações antigas são acomodadas de forma acrítica a novas concepções em vez de serem reavaliadas. Cientistas sociais descartam resultados que não estão de acordo com seus pressupostos, tratando-os como exceções ou reinterpretando-os para se conformarem à teoria. Assim, teorias racistas em voga no século XIX e XX foram descartadas após a derrota militar da Alemanha na Segunda Guerra Mundial (Trigger, 2004, p.12-22) não por um movimento endógeno da teoria arqueológica, mas por causa da pressão política pelo seu abandono.

Aquilo que os arqueólogos podem estudar é ainda influenciado pelos recursos disponíveis. Para pesquisa, pelo contexto institucional e pelos tipos de investigação que sociedades e governos estão dispostos a deixar que eles empreendam. Além de agradar a patrocinadores, pode haver restrições sociais quanto à escavação de certos sítios como cemitérios e locais sagrados (Trigger, 2004, p.16).

A melhor prática arqueológica deve-se construir a partir de uma compreensão das estruturas de poder sociopolítico e cultural locais e construir uma noção de patrimônio que ultrapasse a materialista.

A Questão da Teoria

Diz Trigger (2004, p. 17) que a Arqueologia jamais passou por um período em que a coleta de dados fosse feita por se fazer, na esperança de que no futuro, se conheceria o bastante para propor questões sérias. Isto significa que desde o início houve teorias implícitas, mesmo que os próprios arqueólogos não se dessem conta dela. A Arqueologia começou como uma atividade empírica, mas desde que os dados arqueológicos viraram um objeto de estudo, os pesquisadores os examinam na esperança de lançar luz sobre questões filosóficas, históricas e científicas.

Existem em Arqueologia diversas escolas colaterais num desenvolvimento complexo, como em todas as ciências humanas. Uma discussão vinda do século XIX é se a Arqueologia é uma forma de história contada como estudo material ou se é a antropologia das sociedades antigas. Os partidários da Arqueologia como forma de história material acreditavam que sua função era de completar os documentos, sendo uma ilustração dos eventos. De outro lado, os partidários da Arqueologia como forma de antropologia antiga não acreditavam no seu caráter como ciência social, porém apenas como uma técnica a mais de coleta de dados. Assim, em ambos os casos, a Arqueologia seria uma “ciência auxiliar” caberia à “ciência principal”, quer seja a história, quer seja a antropologia, interpretar os dados.

A relação tem sido mais próxima com a história quando os arqueólogos estudam o que acreditam ser os vestígios de seus próprios antepassados ou de civilizações sobre as quais há documentos escritos e mais próxima da antropologia quando eles estudam as sociedades, em geral ágrafas, mais distantes da sua no tempo ou no espaço (Trigger, 2004, p.362). Tal ambivalência só vai se encerrar em meados do século XX, quando especialistas da área propõem que a Arqueologia seja algo no meio, entre ambas as perspectivas, porém com objeto, teoria e métodos próprios, que são os três elementos de que qualquer ciência deve dispor. A teoria é o mais importante, pois ela informa tanto o objeto quanto o método. É a teoria que vai determinar o que se procurar e é ela que vai ditar como se procurar, finalmente é a teoria que produz as interpretações daquilo que foi estudado.

A maior controvérsia sobre a interpretação arqueológica centrou-se na avaliação do papel desempenhado pela explicação no estudo dos dados arqueológicos. No início, os quadros teóricos não eram explicitamente formulados e a Arqueologia permaneceu sem explicitação teórica elaborada, apesar de haver formulações dotadas de consistência interna.

O imperativo de se abordar o passado a partir da materialidade levou a uma multiplicidade de enfoques arqueológicos. Por materialidade entendemos objetos e lugares, o componente físico destes, cujas qualidades se entendem em relação a um contexto particular em que se inserem, pois é produto de práticas sociopolíticas concretas, contemplam qualidades performativas e cumprem um papel na reprodução da ordem social. A relação entre esta, as pessoas e o tempo, se sintetiza em as possibilidades que apresentam a materialidade como veículo pelo qual o fazer humano transcende os próprios limites (Fuenzalida, 2017).

Um exemplo de como a teoria determina a metodologia está no fato de a maioria dos arqueólogos que escavam no Brasil pararem suas sondagens quando encontram a formação geológica que marca a passagem do Pleistoceno para o Holoceno. Segundo a teoria vigente, o homem não chegou à América do Sul antes do fim do Holoceno, logo, escavar abaixo da Formação Barreiras seria inútil. Também as quadras de um por um metro onipresentes na Arqueologia brasileira vêm da ideia de que o objetivo da nossa Arqueologia deveria ser o estudo das migrações e, para isso, amostras esparsas seriam suficientes. Para se obter termos de comparação entre as regiões, as quadras foram padronizadas pelo Pronapa nos anos 1950.

Também a questão da finalidade e da utilidade da Arqueologia reflete a teoria. Para algumas escolas, a finalidade da Arqueologia está em ilustrar e esclarecer o desenvolvimento histórico, confirmando ou refutando as suposições dos historiadores. Para esta linha de pensamento, a Arqueologia é apenas uma ciência auxiliar da história. Tanto a teoria positivista quanto a marxista apontavam este caminho. Para outras linhas de pensamento a utilidade da Arqueologia é ajudar a resolver questões de adaptação ambiental, *lato sensu*. Para esta escola, aprender com os erros e acertos das sociedades passadas auxiliariam as atuais gerações em seus problemas técnicos. Este pensamento já aparecia, de certa forma, nos dos primeiros arqueólogos pré-científicos do século XVIII que, desenterrando Pompéia e outros sítios greco-romanos buscavam encontrar nas escavações a técnica clássica que os antigos usavam para a arquitetura e a arte.

O processualismo afirmava, por exemplo, que extrapolações sobre o estresse ambiental do Arizona pré-histórico podiam ajudar a compreender o comportamento dos grupos negros e hispânicos que vivem nos guetos das cidades norte-americanas modernas. Pois em ambos os casos se trata de populações pressionadas por problemas como a superpopulação e a escassez (Trigger, 2004). Os processualistas que afirmam que o estudo da terra preta de índio na Amazônia pode ajudar na agricultura dos solos tropicais, ou o estudo das ruínas maias leva a refletir sobre a exploração imoderada da agricultura. Os solos antrópicos da Amazônia conhecidos como “terra preta de índio”, “terra preta arqueológica” (TPA) ou “terra preta (TP)” têm chamado a atenção de cientistas não só como registro de culturas locais que se extinguíram, mas como uma solução para a questão da agricultura sustentável em solos pobres e intemperizados que cobrem extensas áreas dos trópicos. O estudo da TPA pode contribuir em lições sobre o potencial de fertilidade dos latossolos nos trópicos (Schmidt, 2016).

Porém é preciso questionar para quem a Arqueologia deve ser útil. Ela pode ser bastante benéfica não só para as populações industriais, mas também para as populações tradicionais. A

Arqueologia pós-processualista visa ser útil para indígenas e quilombolas, que podem usar os dados arqueológicos para reforçar a sua pretensão à demarcação de uma determinada área. O Estado de Israel usa a Arqueologia para reivindicar territórios, assim como o fizeram outras nações no passado. Empresas que constroem hidroelétricas podem usar a Arqueologia para “provar” que determinada área só foi ocupada recentemente por uma determinada população, não sendo uma de suas “áreas tradicionais”.

O pós-processualistas, por sua vez, propõem que o estudo das sociedades pretéritas (e não tão pretéritas) subsidia a compreensão das questões sociais dos dias de hoje, como relações de autoridade, gênero, família etc. Isso começa, de certa forma, com os homossexuais alemães do século XIX que se esforçaram para mostrar que a *efebia* grega era uma forma “nobre” de amor entre homens, não só pelos textos antigos, como pelos *grafittis* e decorações de cerâmicas. Muitas feministas buscam pela Arqueologia demonstrar que as mulheres participavam de atividades “superiores” da sociedade arcaica, como a guerra, a caça e a arte rupestre, mesmo que não saibamos se essas atividades eram vistas como as mais importantes em suas respectivas culturas, correndo, assim, o risco do arcaísmo.

Assim, a “utilidade” da Arqueologia depende de um fundo teórico, explícito ou não. Passaremos, então, a discutir sobre algumas teorias arqueológicas específicas.

O Pós-Processualismo

Na década de 1960, houve uma crítica aos pressupostos neoevolucionistas do processualismo, o qual levava a um afrouxamento da metodologia em nome da extrapolação. O processualismo começa a ser questionado, junto com o estruturalismo e o materialismo cultural. Renfrew usou a teoria matemática da catástrofe para explicar as mudanças no registro arqueológico. Esta teoria mostra como uma série de variáveis flutuantes podem produzir efeitos descontínuos (Renfrew; Kenneth, 1979). As circunstâncias naturais passam a serem vistas como condicionantes, mas não determinantes da situação social.

Novas abordagens defendem uma visão centrada no ser humano e não nos fenômenos sociais. Há uma forte influência da análise do discurso sobre a Arqueologia, a teoria pós-processualista tem assimilado a paisagem a um texto. Rituais e monumentos funerários passam a ser encarados como “discursos” (Zarankin, Senadores, 2007, p. 12). Por meio de “discursos materiais”, os indivíduos falam sobre si mesmos, sobre sua visão de mundo, sobre seus tabus. Como a linguagem, a cultura material passa a ser vista como um sistema estruturado de signos, de modo

que ela pode ser considerada como um texto. Em tal analogia, os “textos” materiais devem ser lidos e sua sintaxe desvendada. Cada pessoa lê os textos de maneira diferente, assim também a cultura material está aberta a múltiplas interpretações. (Lima, 2011, p. 11-23).

Para os arqueólogos processualistas, o objetivo metodológico da Arqueologia era explicar o registro arqueológico. Os pós-processualistas afirmaram que o objetivo da Arqueologia é a relação entre comportamento humano e a cultura material em todos os tempos e lugares, que os processualistas restringiam à Arqueologia histórica (Trigger, 2004, p. 360-1). Já para o pós-processualismo, a cultura material não tem significados inerentes, pois os artefatos não falam por si mesmos, mas os arqueólogos lhes conferem o significado. Não há “reconstruções”, mas construções do passado influenciadas por agendas políticas contemporâneas. Na transmissão e reprodução do significado cultural, os símbolos são agentes ativos. Eles ordenam a vida social, recriando-a de modo contínuo, esta é uma dimensão da cultura material a não poder ser ignorada. Esses significados derivam da sua produção, do seu uso e da sua percepção pelos outros; são fluidos, variam de acordo com contextos particulares.

Para Gaspar Neto (2006, p. 17), a oposição aos ideais positivistas de ciência e à separação entre teor e dados é inerente ao pós-processualismo, pois a interpretação arqueológica seria hermenêutica, dando-se maior ênfase aos sentidos dos objetos. Há uma oposição à dicotomia entre dimensão material e ideal, buscando-se valores e pensamentos do passado através dos objetos. A cultura material é encarada como um texto admitindo diferentes interpretações, por isso, dá-se prioridade ao contexto. Ganha maior relevância a ação individual, colocando por terra a ideia processualista de ser o indivíduo um mero agente passivo do entorno social. Assim, o pós-processualismo contesta a pretensão positivista da neutralidade científica. Há o reconhecimento de não haver um caráter científico no trabalho arqueológico e os significados produzidos por seus profissionais se situam dentro de um contexto político. Seguindo estas premissas, aparecem inúmeras correntes, algumas complementares, algumas contraditórias entre si. Nem todos os postulados indicados pelo autor são adotados por todas as correntes pós-processualistas. Principalmente a questão de abandonar qualquer pretensão científica não é abraçada por todas as correntes. O marxismo, por exemplo, por ter uma visão de ciência diferente da visão positivista, continua dando bases para uma ciência arqueológica para os seus adeptos.

Dentro do mundo latino-americano se desenvolveu uma aplicação dos princípios marxistas ao estudo denominado "Arqueologia social latino-americana". Constitui uma tendência singular

pelas questões levantadas e pelo compromisso social implicado pela sua opção, dadas as particulares circunstâncias sociais daquela situação. As especiais características do mundo latino-americano, com uma população indígena sem acesso ao poder e cujos antepassados construíram os monumentos e estruturas que agora constituem o objeto de estudo do arqueólogo, dota o mundo latino-americano de algumas especiais condições de conflito que afetam até o próprio trabalho do investigador, o qual pode converter-se em instrumento de luta.

Ainda no campo do marxismo, abandonando qualquer do chamado “materialismo vulgar” e qualquer ponto de conexão com a Nova Arqueologia e a Arqueologia Processual, está a Arqueologia Contextual liderada pelo britânico I. Hodder, porém o termo acolhe também a outros enfoques divididos em duas tendências, os enfoques marxistas da Teoria Crítica e o “neomarxismo” e as abordagens estruturalistas da Arqueologia Estrutural, a Arqueologia Cognitiva e a Arqueologia Contextual, assim como a Arqueologia interpretativa (Gonzalo, 2017, p. 19-26). A Arqueologia Contextual pós-processualista rejeitou a validade da distinção entre o específico e o genérico, realçando o interesse por cosmologias, tradições astronômicas, estilos de arte e crenças religiosas deixados de lado pelo processualismo (Trigger, 2004, p. 340).

Por sua vez, no campo teórico do neopositivismo, incorporando contribuições do histórico-culturalismo e do processualismo, a Arqueologia selecionista foi construída assumindo, como suas questões centrais, a variação, a hereditariedade e a seleção, entendendo que a evolução pode ocorrer como resultado de seleção natural, de transformações de natureza adaptativa; de deriva genética, no caso, mudanças aleatórias na frequência de traços resultantes dos caprichos da transmissão; ou de ambos.

Se evolução e adaptação constituem o cerne da Arqueologia darwiniana e igual ocorre no processualismo, poderia ser cogitada uma identidade programática entre ambos. São questões abordadas de forma diferente na antropologia e na Biologia Evolutiva. Se o evolucionismo cultural entendeu evolução como progresso, a teoria darwiniana a concebe como processo de transformação, como qualquer mudança direcional ou qualquer mudança cumulativa nas características dos organismos ou populações por muitas gerações, incluindo a origem e a dispersão de traços. As características extrassomáticas estariam tão sujeitas aos processos evolutivos quanto as somáticas. Quando os artefatos são colocados na ordem cronológica adequada ficaria demonstrado que eles compõem uma linhagem histórica, a teoria evolutiva é, para os darwinianos, aquela que melhor explica o motivo de eles assumirem certa forma. Nessa

ordenação, o conhecido método de seriação se revestiu de um interesse especial e vem sendo explorado por eles. Linhagens de artefatos estariam relacionadas às linhagens de seres humanos responsáveis pela sua produção, e a teoria evolutiva volta-se para a sua reconstrução e para a explanação das razões pelas quais elas assumiram suas configurações, sendo entendida como a ferramenta mais adequada para esta finalidade (Lima, 2011, p. 11-23).

Os pós-processualismos são vários, como se vê. Nenhum deles chegou ainda a ocupar o papel paradigmático que teve a Nova Arqueologia. Hoje, os trabalhos são teoricamente ecléticos, raramente se esforçando para atingir uma ortodoxia que atinja todo o corpo da disciplina. Pode-se dizer que a crise dos paradigmas que atingiu as ciências humanas no fim do século XX ainda não foi devidamente resolvido pelos arqueólogos.

Grupos Específicos

Uma das principais características da interpretação arqueológica é sua diversidade. Atualmente as identidades do passado estão se tornando irrelevantes e novas identidades e novas formações de identidade estão sendo criadas. O colosso de identidade principal forjado no século XIX, e espalhado pelo globo, a identidade do Estado-nação, tem sido objeto de debate particular; e os teóricos tentaram identificar construções de identidade alternativas, pós-nacionais (MacDonald, 2003, p. 1-3).

A Arqueologia de gênero busca avaliar as relações que se estabeleceram nas sociedades pretéritas para compreender a dinâmica social. As relações de gênero são diferentes entre as sociedades, pois elas se constroem culturalmente. Uma relação ligada ao gênero é a prática sexual, a qual está imbuída de poder e dominação (Hernández, Rodríguez-Shadow, 2011, p. 7-8).

Por volta da década de noventa, a perspectiva dos investigadores assinalava para um aumento das “questões de mulheres” na literatura arqueológica. Esta percepção iniciou-se na década anterior, em publicações que tiveram como ponto de partida a inclusão de estudos específicos sobre a problemática do gênero no objeto de estudo arqueológico, com o artigo “Archaeology and the study of gender” de Conkey e Spector (1984). Este “surgimento” da questão na Arqueologia foi mais tardio em comparação ao resto de Ciências Sociais nas quais aconteceu este debate, já na década de setenta. A questão, em Arqueologia é seguir este fio a partir da

seguinte formulação: “é possível recuperar as relações de gênero de sociedades passadas a partir do registro arqueológico?”.

Para Loredana Ribeiro (2016), as contribuições e aplicações das críticas feministas à Arqueologia partem de quatro compromissos:

- 1) abordagem de questões relevantes para as mulheres e pessoas oprimidas por sistemas de desigualdade estruturados em gênero;
- 2) fundamentação das pesquisas na experiência situada das mulheres e pessoas colocadas às margens da sociedade por estruturas convencionais de sexo e gênero;
- 3) implantação de formas igualitárias e colaborativas de produção de conhecimento que busquem eliminar dinâmicas de poder e hierarquias sociais que marcam a ciência quando constituída como prática dominante e
- 4) adoção de uma postura de reflexividade crítica e reconhecimento que todos os aspectos da pesquisa refletem os interesses pragmáticos e situados daqueles que a criam e sustentam.

Nos anos noventa, iniciam-se os aportes derivados da chamada Teoria Queer em Arqueologia. Na investigação sobre o passado, esta não opera a partir de um corpus sistemático de categorias viáveis para explicação do passado, mas enfoca o seu planejamento a partir de uma reflexão sobre a ocultação acadêmica das “exceções” que, através do registro material, se encontram nas sociedades contempladas a partir do prisma normativo da heterossexualidade. A sua crítica principal veicula a concepção ocidental de heterossexualidade como a opção sexual normal e predominante com um viés recorrente nos estudos sobre o passado; em uma tendência recorrente à aceitação passiva do papel da família monógama heterossexual.

A prática de uma Arqueologia feminista e de uma Arqueologia Queer atuam em sentido à desconstrução das categorias de sexo e gênero, sendo então uma crítica aos estudos que não efetuaram sua reflexão à luz do conceito de gênero. Os arqueólogos Queer estudam como acontece a articulação da sexualidade na criação dos papéis de gênero. A Arqueologia feminista não apenas pretende dar visibilidade ao sexo feminino nos estudos arqueológicos, mas planeja uma nova reconfiguração da própria análise que inclui este coletivo (Barquer I Cerdà, Oliver, Gil, Rovira, 2012, p. 188-212).

A criança e a infância também são temas quase ignorados pela Arqueologia clássica. Um dos poucos exemplos de estudo tradicional sobre o tema é a especificidade nos enterramentos das crianças (Perring, Van Der Linde, 2009, p. 197-213). O tema foi levantado por pesquisadoras

mulheres a partir de 1997. A noção de infância é dada pela cultura, varia no tempo e no espaço, sua abordagem é bastante complexa, além disso, a atenção dada pelos arqueólogos sobre o papel das crianças nas sociedades estudadas é escassa. Mulheres e crianças tendem a ser “invisíveis” para a Arqueologia.

A Arqueologia pós-processualista igualmente se interessa por questões de grupos étnicos minoritários. A investigação em Arqueologia a propósito da população afrodescendente nas Américas se centrou nas análises de dois cenários principais, o sistema escravista, representado em *plantations*, *haciendas* e alguns contextos urbanos, e o fenômeno da *cimarronaje*, efetivado na existência de palenques, quilombos, mocambos ou cumbes. As terras dos remanescentes dos quilombos são a ponta de lança para o movimento negro (Treccani, 2006).

Podemos identificar, em distintos momentos, três pontos nodais de produção acadêmica sobre o negro, Estados Unidos a partir dos anos 1960; Jamaica e Cuba e Brasil nas décadas de 1980 e 1990; e de modo apenas incipiente, por volta dos anos 2000, alguns outros países como Argentina, Colômbia e Suriname. Este panorama assinala ao menos três linhas de discussão. A primeira relativa à consolidação desta área de estudos no contexto dos debates nacionais. A segunda, e em relação com a primeira, com as maneiras como os arqueólogos têm debatido o registro material da população negra nas Américas. A terceira, sobre as relações de poder que subjazem enquanto produção acadêmica como linguagem de poder, pois essa produção é feita, em sua maioria, por acadêmicos não afrodescendentes (Oliveros, Coelho, 2016). A ocupação do espaço por populações humana contemporânea se sobrepõe às ocupações anteriores os vestígios do passado se atualizam e ganham sentido por alimentarem simbolicamente a vida atual da população indígena.

Embora a Arqueologia de áreas fora de Europa seja quase sempre uma Arqueologia sobre os indígenas, no sentido etimológico da palavra, é comum se esquecer disso. Constrói-se um hiato entre os povos atuais e seus antepassados. É como se, por exemplo, os maias, quechuas e mexicas atuais não tivessem nada a ver com os maias, incas e astecas que construíram seus impérios antes da chegada dos espanhóis.

Quando os europeus começaram a estabelecer-se a oeste dos montes Apalaches descobriram montículos e aterros ao longo da bacia do Ohio e do Mississipi. Esses aterros que encerravam elaborados artefatos feitos de cerâmica, conchas, mica e cobre nativo desmentiam que as culturas nativas norte americanas eram invariavelmente primitivas. A atitude dos arqueólogos

brancos foi imediatamente negar que aqueles montículos tinham sido construídos pelos povos que ainda habitavam a região quando da chegada dos ingleses.

Depois de 1860 foram feitos estudos de seriação e análise estratigráfica em concheiros e, com base nas evidências de mudança de estilos ou de padrões adaptativos na cerâmica, foram constituídas cronologias culturais locais (Trigger, 2004, p. 101-118). Mesmo constatada a contemporaneidade das construções com as tribos indígenas ainda sobreviventes, preferiu-se atribuir as construções a algum povo que tivesse sido extinto pelos índios.

Esse é um fenômeno presente no Brasil, quando se procura negar qualquer relação entre os indígenas e os restos arqueológicos achados em determinada região. Como a Constituição Brasileira garante aos indígenas a posse das áreas tradicionalmente ocupadas por seu povo, o reconhecimento da ligação entre as etnias sobreviventes e a cultura arqueológica ganha uma relevância muito além da mera curiosidade científica. É impossível, por isso, promover um estudo de Etnoarqueologia entre uma população indígena que não considere o seu olhar sobre a situação (Silva, 2011).

A interpretação dos dados arqueológicos reflete o interesse por uma identidade ou como confirmação de uma legitimidade étnica ou como patrimônio cultural mesmo herdado de povos invadidos, como no caso australiano. Em 1972, o governo australiano promulgou leis conferindo aos aborígenes participação nos conselhos deliberativos que tratam da Arqueologia e proteção de sítios arqueológicos. O desejo de usar os achados arqueológicos para fins políticos leva os aborígenes a entrarem em conflito com arqueólogos brancos, e há uma discussão se a pré-história australiana é um patrimônio nacional ou apenas dos aborígenes. Alguns ativistas consideram o interesse dos brancos no passado aborígene como uma apropriação cultural (Trigger, 2004, p. 140-141).

Em nações emergentes de independência recente, principalmente na África, eruditos voltam-se para a Arqueologia em busca de conhecer seu desenvolvimento pré-colonial, e tratam a Arqueologia como um instrumento de política nacional. A descoberta de ruínas de antigas civilizações africanas têm um grande impacto na autoestima dos povos locais e, indiretamente, sobre o amor-próprio de toda a diáspora africana.

Arqueologia Forense e de Guerra

A Arqueologia da contemporaneidade é útil quando se trata de exumar os corpos enterrados anônima ou clandestinamente em situações de conflito, como nas fossas comuns da Guerra Civil Espanhola e do franquismo, das ditaduras argentinas e chilenas, do genocídio dos tutsis no Ruanda, do massacre de Srebrenica, na Bósnia e Herzegovina ou para achar os túmulos das vítimas de um assassino em série em Yorkshire. Comumente referido como Arqueologia Forense, x apela às habilidades técnicas, metodologia e qualidade analítica dos processos taxonômicos de arqueólogos treinados pela antropologia (Eid, 2017).

As habilidades profissionais na Arqueologia forense e de campo de batalha são empregadas no estudo de crimes de guerra e de fossas comuns. Essas investigações têm diferentes propósitos: recolher provas para justiça retributiva, combater os esforços de negação e revisionismo, ajudar no processo de reconciliação e rememoração da atrocidade para turistas de guerra. Bernbeck e Pollock propuseram uma “Arqueologia de perpetradores”, onde se usa o processo de expor e descrever paisagens de atrocidade para provocar o discurso público e explorar aspectos desconfortáveis da história recente. Ao trabalhar com questões em paisagens compartilhadas, a Arqueologia pode refrear o conflito (Perring, Van Der Linde, 2009, p. 197-213).

A inserção da disciplina ao âmbito forense, especialmente ligado às violações dos direitos humanos, levou uma série de traços particulares a seu fazer. A investigação se leva a cabo no marco de um juízo e o arqueólogo atua como perito, sendo o objetivo a recuperação da máxima quantidade de informação tendente à identificação da vítima, causa e modo da morte. Em seu labor, o arqueólogo logra estabelecer épocas de inumação, remoções, traços das identidades envolvidas nos feitos (vítimas e vitimadores). Daí se desperta o poder que tem a Arqueologia em sua experiência técnica para estes contextos políticos em que se necessita patentear “a evidência” a partir de restos materiais. A relação de cotidianidade com a materialidade e o trabalho com o subsolo a que o arqueólogo está acostumado, permite estabelecer uma diferença a respeito de outros profissionais vinculados a esta problemática (Fuenzalida, 2017, p. 131-147).

Conclusão

Ao considerar as questões políticas inerentes à Arqueologia, podemos promover uma abordagem mais consciente e sensível, garantindo a preservação e valorização adequada do patrimônio cultural, além de promover um diálogo mais construtivo com as comunidades envolvidas. Essa perspectiva ampla e crítica é essencial para uma Arqueologia engajada socialmente, que busca compreender e valorizar a diversidade cultural e histórica da humanidade.

Esta revisão bibliográfica e metanálise sobre as dimensões políticas da prática da Arqueologia ressaltou a importância de abordar aspectos políticos no contexto arqueológico. Confiamos que ao analisar uma ampla gama de autores nacionais e estrangeiros, tenha sido possível compreender a complexidade dessa disciplina em sua relação com o cenário político atual. Além disso, esperamos que a inclusão de trabalhos em línguas estrangeiras tenha superado barreiras linguísticas e enriquecido a pesquisa com perspectivas internacionais.

A revisão destacou como as dimensões políticas impactam a interpretação de sítios arqueológicos, as decisões sobre escavações, a gestão do patrimônio cultural e as interações com comunidades locais e povos indígenas. Conclui-se, assim, que reconhecer e analisar tais implicações políticas é crucial para uma prática arqueológica ética, inclusiva e responsável.

Acreditamos que esta análise tenha contribuído de alguma forma para aprimorar o conhecimento existente sobre a Arqueologia e poderá servir de base para futuros estudos e investigações sobre o tema.

Referências

- ANATI, E. 1963. *Palestine Before the Hebrews: A History, From the Earliest Arrival of Man to the Conquest of Canaan*. Alfred A. Knopf, New York.
- BASTOS, R. L. 2004. Representações sociais: patrimônio arqueológico e Arqueologia pública. In OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures (org). *Arqueologia e patrimônio da Zona da Mata Mineira*. São João Nepomuceno, Editar, p. 28-29.
- BASTOS, R. L.; SOUZA, M. C.; GALLO, H. 2005. *Normas e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico*. São Paulo, IPHAN.

BARQUER I CERDÀ, A.; OLIVER, M. G.; GIL, L. M.; ROVIRA, B. M. 2012. L'Arqueologia serà feminista o no serà. *Estrat Crític*, Barcelona, v.1, n.6, p. 188-212.

CONKEY M. W. SPECTOR, J. D. 1984. Archaeology and the study of gender". *Advances in Archaeological Method and Theory*, 7, [s.l.], p. 1-29.

DEBORD, G. 2007. *A Sociedade do Espetáculo*. Contraponto, São Paulo.

DENVER, W. G. 2011. Biblical Archaeology. In *The Oxford Encyclopedia of Archaeology in the Near East*. Oxford, Oxford University Press, 2011.

DUNNING, E., AESCHIMANN, C. 2021. *Parler d'archéologie autrement – Un manuel pratique*. LIBRUM Publishers & Editors LLC, Basel.

EID, P. 2017. *Analyse Techno-Economique Des Chaînes Opératoires Lithiques Du Témiscouata (Québec), Durant Le Sylvicole Et La Période De Contact*. Tese (Doutorado Em Antropologia) - Departamento De Antropologia, Universidade De Montreal, Montreal.

FUENZALIDA, N. 2017. Apuntes Para Una Arqueología De La Dictadura Chilena. *Revista Chilena De Antropología*, [SI], V.1, N.35, 2017: 131-147

GASPAR NETO, V. V. 2006. Por uma Arqueologia pública consciente. In: OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures. *Arqueologia e patrimônio da Zona da Mata Mineira*. Juiz de Fora. Juiz de Fora, Editar, p. 17-35.

JAPIASSU, H. 1975. *O mito da neutralidade científica*. Rio de Janeiro, Imago Editora.

LIMA, T. A. 2011. Cultura material, a dimensão concreta das relações sociais. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 6, n. 1.

MACDONALD, S. J. 2003. Museums, national, postnational and transcultural identities. *Museum and society*, Leiceste, v.1, n.1, p. 1-16.

OSWALD, K. 2003. Archäologie als Faktor in Politik, Medien und Öffentlichkeit. IN OPPLER, Dominique. *Archäologie für Politiker*. Hochwald, LIBRUM Publishers & Editors LLC , p. 12-21.

PERRING, D.; VAN DER LINDE, S. 2009. The Politics and Practice of Archaeology. *Conflict, Conservation and Management of Archaeological Sites*, [sl] v. 11, n. 3-4, p. 197-213.

RENFREW, A. C.; KENNETH L. C. 1997. *Transformations. Mathematical Approaches to Culture Change*. New York, Academic Press.

RIBEIRO, L. 2016. Objetividade e situacionalidade: contribuições da crítica feminista à Arqueologia. Pelotas: X Encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira. *Desconstruindo Assimetrias; III Jornada de Atualização em Arqueologia Tupi-Guarani*, 18 a 21 de outubro de 2016. Resumos . Pelotas.

SILVA, E. de M. 2011. *Arqueologia e coletivos indígenas: os purizados do entorno da Serra do Brigadeiro/Minas Gerais*. Dissertação em Antropologia com ênfase em Arqueologia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SILVA, L. A. 2022. Com vento a lagoa vira mar: pesca e sazonalidade na região das lagoas do Rio Grande do Sul. In: Silva, Lucas Antonio; Wagner, Gustavo Peretti. (Org.). *Imagens da Pesca: uma etnografia arqueológica na região das lagoas do Rio Grande do Sul*. 1ed.Madrid: JAS Arqueología Editorial, p. 66-75.

SCHMIDT, M. J. 2016. A Formação da Terra Preta: análise de sedimentos e solos no contexto arqueológico, in: Magalhães, M.P. (Ed.), . *Amazônia Antropogênica*, Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, p. 429

TRECCANI, G. D. 2006. Terras de Quilombo: caminhos e entraves do processo de titulação. Secretaria Executiva de Justiça, Belém.

TRIGGER, B. G (2004). *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo, Odysseus.

ZARANKIN, A.; SENADORES, M. X. 2002. *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul, Cultura Material, Discursos e Práticas*. Ediciones del Tridente, Buenos Aires.